



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISAO FINANCEIRA (DF)

INFORMAÇÃO n.º 034 / 2012 . cv

DATA : 2012/05/30	
NIPG : 2186/11	DE : Chefe da Divisão Financeira
DOC : 5191/12	PARA : Srª Presidente da Camara Municipal
PROCESSO : 043.	ASSUNTO : Relatório de acompanhamento da execução do plano de saneamento financeiro – Semestral (Fevereiro de 2012)
PEDIDO :	

DESPACHO :

Dra Berta Nunes, 01-06-2012

PARECER :

À reunião de Câmara e Assembleia Municipal

RCM DE 11/06/2012

DELIBERAÇÃO

A Câmara Municipal tomou conhecimento e apreciou o referido relatório e deliberou, por unanimidade, enviá-lo à próxima sessão da Assembleia Municipal para apreciação, de acordo com a alínea c) do n.º 4 do artº 40º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais)

TEXTO :

No cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais, apresenta-se o relatório de acompanhamento da execução do plano de saneamento financeiro, que pretende traduzir, ainda que de forma sintética, a execução do Plano de Saneamento do Município Alfândega da Fé.

Devem ser Elaborados relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro mencionado e remetê-los, para apreciação, aos órgãos deliberativos;

Nos termos do Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março, e no que se refere ao Acompanhamento da execução do plano de saneamento financeiro, o mesmo é efectuado mediante o envio aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais dos relatórios semestrais sobre a execução do plano de saneamento financeiro a que se refere a alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da LFL.

CONCLUSÃO :

— Assim, e no cumprimento da lei, deve o presente relatório, ser enviado, para apreciação, aos órgãos deliberativos.

A Chefe da Divisão Financeira

Carla Cristina Branco Caseiro Victor



RELATÓRIO SEMESTRAL FEVEREIRO 2012

EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

(Alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais)

ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	2
2	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	4
2.1	BALANÇOS	4
2.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	7
2.2.1	PROVEITOS	9
2.2.2	CUSTOS	10
2.2.3	RESULTADOS	10
2.3	MAPA DE FLUXOS DE CAIXA	11
2.4	INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO	12
3	CONCLUSÃO.....	15

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende dar cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais ao procurar traduzir, ainda que de forma sintética, a execução do Plano de Saneamento do Município Alfândega da Fé.

A 12/7/2010, o Executivo Municipal apreciou e aprovou o Estudo relativo à situação financeira e respectivo Plano de Saneamento Financeiro (PSF), bem como a contracção de financiamento bancário para o efeito, que veio a obter a necessária aprovação por parte da Assembleia Municipal a 17/7/2010. O financiamento da operação, no total de 9 500 000,00 €, foi contratualizado em partes iguais à Caixa Geral de Depósitos e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Terra Fria, tendo sido obtido o necessário **visto do Tribunal de Contas a 23/08/2010**.

Saliente-se que foi apresentado ao Tribunal de Contas (pendente de visto) uma reformulação do PSF, com um pedido do reforço do empréstimo de saneamento financeiro de 1.600.000,00 Euros, em virtude do surgimento de dívidas anteriores à data de referência do PSF (30/04/2010), no valor de 1.638.941,12 Euros, que põem em causa, pelo seu valor significativo, o cumprimento dos objectivos estabelecidos.

Neste sentido, a reformulação do PSF é um facto de extrema relevância que deve ser tido em conta no presente relatório.

Porém, uma vez que, o aditamento ao PSF está pendente do visto do Tribunal de Contas assumimos para efeitos da elaboração do relatório semestral as projecções económico-financeiras do PSF original.

Importa, porém, referir que o trabalho de análise ao cumprimento do plano de saneamento financeiro se afigura deveras complicado, já que, temos de um lado valores e saldos reportados a 31/12/2012 (os constantes das Demonstrações Financeiras do PSF) e do outro, dados que têm por referência o balancete de 29/2/2012. Por outro lado, para efeitos de comparabilidade, não temos demonstrações financeiras credíveis à data de 29/2/2011.

Esta análise de comparabilidade dos efeitos das medidas de saneamento é, por isso, ainda limitada, devido ao facto de a mesma ser feita a uma parcela do ano económico. Assim, pensamos que só no final de 2012 será possível efectuar verdadeiras comparações em relação ao PSF.

Deste modo, vamos tentar ultrapassar alguns daqueles constrangimentos, de modo a não pôr em causa a comparabilidade dos valores constantes dos mapas que iremos apresentar.

Por isso, a análise efectuada nos pontos seguintes **limita-se a informar o valor das contas do Balanço de 2012 e a evidenciar o comportamento e a tendência das várias rubricas da conta de Resultados.**

2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os Indicadores económico financeiros e ainda, os endividamentos líquido e de médio e longo prazo do Município.

Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal, para efeitos de análise e os desvios eventualmente verificados.

2.1 BALANÇOS

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Porém, esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). Assim, é extraordinariamente difícil e falível uma qualquer análise comparativa entre um Balanço no final de 2012 (incluído no PSF), com um Balanço elaborado com base nos dados a 29 de Fevereiro (reais). Desta forma, entendemos que alguma comparação adicional poderá ser efectuada no relatório anual de 2012, quando já estiverem disponíveis Demonstrações Financeiras Reais de final do mesmo ano. No presente relatório, apenas evidenciaremos os **valores relevantes, a título informativo, do Balanço elaborado com base no balancete real a 29/2/2012 face ao Balanço do PSF em 2012 (final do ano).**

No que diz respeito ao **Activo**, se compararmos os valores reais do Imobilizado bruto (corrigidos) de Fevereiro de 2012 e do final de 2011, constata-se que **o Município investiu, aproximadamente, 200.000,00 Euros** em dois meses, tendencialmente abaixo do previsto no PSF, no mesmo período.

Ao nível das outras rubricas mais relevantes do Activo verifica-se que o **valor** resultante da adição das **disponibilidades com as dívidas a receber** (que inclui os subsídios comunitários

e as taxas de ocupação da via pública) é muito superior ao previsto no PSF. No entanto, aquele valor não é suficiente para pagar o valor das dívidas de curto prazo.

Ao nível do **Passivo** verifica-se que o valor das dívidas MLP em Fevereiro 2012 é ligeiramente inferior ao de 31/12/2011, mas muito superior ao valor previsto no PSF para o final de 2012. Esta última diferença desfavorável corresponde ao valor das prestações contratuais vincendas que serão pagas oportunamente, até ao final de 2012.

No que diz respeito às **dívidas de curto prazo** (incluindo a rubrica de acréscimos de custos), as mesmas estão muito acima do previsto, em consequência do surgimento de dívidas que devem ser imputadas ao período anterior à data de referência do saneamento financeiro (30/04/2010) que pelo que devem ser financiadas com o reforço do empréstimo de saneamento de MLP que foi proposto a visto do Tribunal de Contas.

A provisão de imobilização financeira, no valor de 819.941,39 Euros, corresponde à transferência da propriedade da quota na Alfandegatur, após o visto do Tribunal de Contas.

Se na rubrica Resultados Transitados foram contabilizadas dívidas de anos anteriores, o assunto relativo aos resultados líquidos e aos meios libertos previstos no PSF será abordado nas considerações sobre a Demonstração de Resultados.

Câmara Municipal de Alfândega da Fé

Mapa 1

BALANÇOS

	Previsão PSF 2010	Real 2010	Real corrigido 2010	% Desvio	Previsão PSF 2011	Real 2011	Real corrigido 2011	% Desvio	Previsão PSF 2012	Real 2-2012	Real corrigido 2-2012	% Desvio	Notas
ACTIVO													
Imobilizado Bruto	29.235.491	33.728.673	27.430.347	-6	31.116.191	36.650.161	30.924.937	-1	32.787.698	36.856.838	31.131.614	-5	a)
Bens de domínio público	13.080	6.431.369	133.043	917	13.080	7.455.759	1.157.433	8.749	13.080	7.455.759	1.157.433	8.749	
Imobilizações Incorpóreas	120.846	135.067	135.067	12	120.846	143.776	143.776	19	120.846	152.950	152.950	27	c)
Imobilizações Corpóreas	8.420.312	7.959.212	7.959.212	-5	10.301.012	10.422.219	10.995.321	7	11.972.519	10.557.052	11.130.154	-7	
Investimentos financeiros	452.029	452.029	452.029	0	452.029	2.007.978	2.007.978	344	452.029	2.007.978	2.007.978	344	-18
Imobilizado Curso	20.229.224	18.750.996	18.750.996	-7	20.229.224	16.620.429	16.620.429	-18	20.229.224	16.683.099	16.683.099	-18	
Amortizações Acumuladas	2.112.752	1.945.950	2.107.482	0	2.651.610	2.501.483	2.605.669	-2	3.273.043	2.501.483	2.605.055	-20	b)
Existências	0	6.976	6.976	-	0	54.178	54.178	-	0	60.382	60.382	-	e)
Matérias-Primas	0	6.976	6.976	-	0	54.178	54.178	-	0	60.382	60.382	-	
Mercadorias	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Outras	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Provisões para depreciação existências	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dividas terceiros M/L prazo	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dividas terceiros curto prazo	55.283	1.967.011	1.967.011	3.458	62.204	1.636.927	1.636.927	2.532	64.869	1.775.650	1.775.650	2.637	
Clientes, Contribuintes e Utentes	55.283	69.011	69.011	25	62.204	310.604	310.604	399	64.869	558.830	558.830	761	
Outros	0	1.898.000	1.898.000	-	0	1.326.323	1.326.323	-	0	1.216.820	1.216.820	-	
Provisões para cobranças duvidosas	0	0	0	-	0	40.719	40.719	-	0	40.719	40.719	-	
Disponibilidades	1.624.868	421.164	421.164	-74	1.252.712	314.394	314.394	-75	1.040.341	450.706	450.706	-57	
Acréscimos e Diferimentos	6.797	69.877	69.877	928	6.797	91.580	91.580	1.247	6.797	22.626	22.626	233	
TOTAL ACTIVO	28.809.686	34.247.751	27.787.892	-4	29.786.293	36.205.039	30.375.629	2	30.626.661	36.624.001	30.795.204	1	
PASSIVO													
Provisões para riscos encargos	0	0	0	-	0	819.941	819.941	-	0	819.941	819.941	-	
Dividas a terceiros M/L Prazo	18.199.387	17.958.385	17.958.385	-1	17.122.164	17.266.774	17.266.774	1	18.036.431	17.168.046	17.168.046	7	
Dividas instituições crédito	18.174.449	17.933.586	17.933.586	-1	17.122.164	17.266.774	17.266.774	1	18.036.431	17.168.046	17.168.046	7	
Dividas Fornecedores Imobilizado	24.938	24.799	24.799	-1	0	0	0	-	0	0	0	-	
Outras Dividas	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dividas a terceiros curto prazo	594.825	1.218.572	1.218.572	105	603.536	2.794.756	2.794.756	363	606.824	3.034.626	3.034.626	400	
Dividas instituições crédito	0	0	0	-	0	100.000	100.000	-	0	100.000	100.000	-	
Fornecedores	191.076	833.115	833.115	336	186.425	1.620.654	1.620.654	769	188.289	1.711.369	1.711.369	809	
Estado e outros entes públicos	46.898	41.006	41.006	-13	60.260	41.944	41.944	-30	61.684	40.770	40.770	-34	
Outras Dividas	356.851	344.452	344.452	-3	366.851	1.032.159	1.032.159	189	356.851	1.182.488	1.182.488	231	
Acréscimos custos	162.421	829.409	829.409	411	162.421	837.667	837.667	416	162.421	791.777	791.777	387	
Proventos Diferidos	1.508.270	2.675.060	2.675.060	77	2.036.888	3.023.860	3.023.860	48	2.366.305	3.023.860	3.023.860	28	
TOTAL PASSIVO	20.464.903	22.681.426	22.681.426	11	19.925.008	24.743.000	24.743.000	24	19.171.981	24.838.251	24.838.251	30	
FUNDOS PRÓPRIOS													
Património	3.998.917	10.327.244	3.998.917	0	3.998.917	10.530.694	4.048.917	1	3.998.917	10.530.694	4.048.917	1	a) c) d)
Reservas	960.697	968.672	968.672	1	960.697	1.000.000	1.000.000	4	960.697	1.000.000	1.000.000	4	
Resultados Transitados	2.119.005	356.146	326.146	-115	3.385.168	-730.009	26.543	-99	4.901.670	-228.251	528.301	-89	c) d)
Resultados Líquidos	1.266.163	626.554	465.023	-63	1.516.502	661.354	557.168	-63	1.593.395	483.307	379.735	-76	
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	8.344.783	11.566.324	5.106.466	-39	9.861.284	11.462.039	5.632.629	-43	11.454.680	11.785.750	5.956.953	-48	
TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	28.809.686	34.247.751	27.787.892	-4	29.786.293	36.205.039	30.375.629	2	30.626.661	36.624.001	30.795.204	1	

Notas:

a) Corrigido pela reavaliação do património efectuada no valor de 6.296.326,54 Euros até 31/12/2010 (contrapartida conta 51 - Património).

b) Foram assumidas as amortizações do PSF.

c) Em 2011 foi efectuada uma reclassificação patrimonial no valor de 202.211,94 Euros (153.450,00 Euros por contrapartida da conta 51 - Património; 48.761,94 Euros por contrapartida da conta 59 - Resultados Transitados). Foi realizada uma correcção respeitante aos abates/alienações efectuadas em 2011 não previstas no PSF, conforme mapa do activo bruto, no valor de 775.314,15 Euros (por contrapartida da conta 59 - Resultados Transitados).

d) Corrigido pela aplicação de resultados de 2009 no valor de 30.000 Euros.

e) Foi incluído saldo credor da conta Compras no valor de 2.468,04 Euros.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Efectuaremos de seguida algumas considerações breves para uma melhor compreensão das **tendências** “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais **relevantes** sofreram face ao previsto no PSF, em 2012.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a **evolução** dos respectivos custos, proveitos e resultados.

Refira-se que estamos perante **valores reportados a períodos temporais diferentes**, pelo que uma análise descuidada enfermará de vários e evidentes vícios.

Câmara Municipal de Alfândega da Fé

Mapa 2
Demonstração de Resultados

	Previsão PSF 2010	Real 2010	Real corrigido 2010	% desv.	Previsão PSF 2011	Real 2011	Real corrigido 2011	% desv.	Previsão PSF 2-2012	Real 2-2012	Real corrigido 2-2012	% desv.	Notas
Vendas	163.591	225.248	225.248	38	166.879	174.548	174.548	5	28.372	8.963	8.963	-68	
Produtos	163.591	168.748	168.748	3	166.879	169.548	169.548	2	28.372	8.963	8.963	-68	
Mercadorias	0	56.500	56.500	-	0	5.000	5.000	-	0	0	0	-	
Prestação serviços	460.506	388.655	388.655	-16	536.236	556.089	444.713	-17	93.877	19.443	19.443	-79	
Outros prov. e ganhos operac.	7.709	13.373	13.373	73	7.786	13.460	13.460	73	1.311	2.137	2.137	63	
Var. da Produção	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Impostos e Taxas	402.037	445.994	445.994	11	442.417	692.737	692.737	57	74.474	255.657	255.657	243	
Transf. e Sub. Obtidos	6.166.571	6.023.631	6.023.631	-2	6.308.027	5.772.469	5.772.469	-8	1.061.851	942.572	942.572	-11	
Trabalhos Própria Entidade	1.070.000	990.093	990.093	-7	1.080.700	848.514	848.514	-21	181.918	13.125	13.125	-93	
Prov. ganhos fin. explo.	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dif. câmbio desfav.	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Descontos pp obtidos	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
TOTAL PROVEITOS	8.270.414	8.086.995	8.086.995	-2	8.542.046	8.057.817	7.946.440	-7	1.441.803	1.241.897	1.241.897	-14	
C.M.V.	309.035	341.539	203.704	-34	312.125	289.036	159.630	-49	52.541	641	0	-100	
Mercadorias	0	18.799	0	-	0	163	0	-	0	0	0	-	
Produtos	309.035	322.740	203.704	-34	312.125	288.873	159.630	-49	52.541	641	0	-100	a)
Form. Serv. Ext.	1.874.686	2.169.362	2.307.197	23	1.818.446	2.123.915	2.253.321	24	306.105	156.691	157.332	-49	a)
Subcontratos	256.831	221.247	221.247	-14	249.126	244.548	244.548	-2	41.936	27.083	27.083	-36	
Trabalhos Especializados	488.981	668.459	668.459	37	474.312	722.071	722.071	52	79.843	51.014	51.014	-36	
Electricidade/Combustíveis	337.388	386.105	386.105	14	327.267	420.551	420.551	29	55.090	28.244	28.244	-49	
Conservação e Reparação	57.907	64.658	64.658	12	56.170	93.513	93.513	66	9.455	6.794	6.794	-28	
O.F.S.E	733.578	828.894	968.728	32	711.571	643.232	772.638	9	119.781	43.556	44.196	-63	
Custos com pessoal	2.856.819	2.858.729	2.858.729	0	2.849.320	2.740.883	2.740.883	-4	473.564	405.035	405.035	-14	b)
Amortizações	445.823	284.291	445.823	0	538.858	434.672	538.858	0	103.572	0	103.572	0	
Provisões	0	0	0	-	0	40718,96	40.719	-	0	0	0	-	
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	705.286	704.984	704.984	0	702.748	453.762	453.762	-35	118.296	122.358	122.358	3	
Outros custos exploração	0	20.442	20.442	-	0	92.184	92.184	-	0	6.931	6.931	-	
Cus. Perdas Fina. Explora.	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Dif. câmbio desfav.	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
Desc. pp concedidos	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO	6.191.649	6.379.347	6.540.879	6	6.221.497	6.175.171	6.279.356	1	1.054.078	691.655	795.227	-25	
RESULTADOS EXPLORA.	2.078.765	1.707.647	1.546.116	-26	2.320.549	1.882.646	1.667.084	-28	387.724	550.242	446.670	15	
Prov. e ganhos extraor.	149.383	91.450	91.450	-39	412.083	214.009	214.009	-48	43.154	30.981	30.981	-28	
Cust. e perdas extraord.	547.699	704.415	704.415	29	622.691	609.241	609.241	12	71.748	11.637	11.637	-84	
R. ANTES FUN. FINANC.	1.680.448	1.094.682	933.150	-44	2.109.941	1.397.414	1.181.852	-44	359.133	569.586	466.014	30	
Prov. e ganhos finance.	89.985	1.038	1.038	-99	108.885	1.192	112.568	3	18.329	159	159	-99	
Cust. e perda financ.	504.269	469.165	469.165	-7	702.324	737.252	737.252	5	111.896	86.437	86.437	-23	
juros suportados	484.269	431.492	431.492	-11	697.324	689.025	689.025	-1	111.054	85.016	85.016	-23	
outros	20.000	37.673	37.673	88	5.000	48.226	48.226	865	842	1.421	1.421	69	
RESUL. ANTES IMPOSTOS	1.266.163	626.554	465.023	-63	1.516.502	661.354	557.168	-63	265.566	483.307	379.735	43	
Imp. Sobre Rendimento	0	0	0	-	0	0	0	-	0	0	0	-	
RESULTADOS LIQUIDOS	1.266.163	626.554	465.023	-63	1.516.502	661.354	557.168	-63	265.566	483.307	379.735	43	

Nota:

a) Para efeitos comparativos com o PSF foi efectuada a transferência para Fornecimentos e Serviços Terceiros da conta 61.6.5 - Material Diverso (640,63 Euros).

b) Foram assumidas as amortizações do PSF.

2.2.1 PROVEITOS

No que diz respeito à “**Venda de Produtos**” (água) está abaixo (68%) da previsão do PSF, em resultado dos efeitos da sazonalidade e periodicidade dos respectivos proveitos.

A rubrica “**Prestação de serviços**” está abaixo do previsto em cerca de 79%, em virtude do aumento da taxa de resíduos sólidos urbanos e aos efeitos da sazonalidade e periodicidade.

Em relação aos proveitos merece destaque a rubrica “**Impostos e taxas**” onde se verificou uma tendência para o aumento de 243% face ao previsto no PSF, decorrente do forte incremento das taxas de ocupação da via pública.

Na rubrica “**Transferências e subsídios obtidos**”, verifica-se um valor de 11% abaixo do estimado no PSF devido, no seu essencial, à redução das transferências do Estado.

Em relação aos “**Trabalhos para a própria entidade**” apresentam um desvio negativo face ao PSF de, aproximadamente, 93%, devido à diminuição geral do ritmo das obras (contenção de despesas) e ao protelamento na contabilização patrimonial das obras executadas.

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Extraordinários**” apresenta um valor abaixo do previsto em cerca de 28%, devido ao facto de ainda não terem sido contabilizados os movimentos dos proveitos diferidos – subsídios/transferências para investimentos (previstos 134.583 Euros no ano). Recorde-se que estes proveitos diferidos são transferidos numa base sistemática à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, cujo lançamento contabilístico é feito, apenas, no final do ano de 2012.

Por outro lado, ainda não foi efectuada a venda de prédios prevista no PSF para 2012 (Estevainha – 2.500 Euros; Joiça – 2.500 Euros) com a excepção dos lotes zona industrial cuja alienação foi antecipada para 2011. Também, ainda não foi concretizada a concessão da exploração solar (previsto no PSF 230.000 € no ano 2011) por falta de aprovação do Ministério respectivo.

Os “**Proveitos e Ganhos Financeiros**” são muito inferiores aos do PSF (99%) devido a ainda não terem sido obtidas a totalidade das rendas do parque eólico (previsão de 86.709 Euros para 2012), as receitas relativas à exploração florestal (previsão de 8.080 Euros) e produção solar (previsto no PSF 10.100 €).

2.2.2 CUSTOS

A rubrica “**Custo dos Produtos**”, após a correcção por transferência da conta Material Diverso para fornecimentos e serviços terceiros, não apresenta nenhum valor até ao fim de Fevereiro de 2012.

A rubrica “**Fornecimentos e Serviços Externos**” está abaixo da previsão efectuada (49%) até ao fim de Fevereiro de 2012, tendência a confirmar em relatórios posteriores.

Em relação aos “**Custos com o Pessoal**” podemos verificar que estão 14% abaixo da estimativa, devido às medidas previstas nos últimos orçamentos de Estado de 2011 e à diminuição do número de trabalhadores do município (2) conforme está previsto no PSF para 2012.

As “**transferências e subsídios correntes**” estão ligeiramente acima (3%) da previsão do PSF e a rubrica dos “**Outros custos de exploração**”, respeitantes a programas ocupacionais subsidiados, apresenta o valor de 6.930,99 Euros, não previsto no PSF.

A rubrica dos “**custos extraordinários**” apresenta um valor 84% inferior ao previsto devido a não se ter contabilizado, ainda, a cobertura de prejuízos (aplicação do princípio da especialização dos exercícios) das empresas municipais de 2012. Este registo contabilístico, previsivelmente, apenas será efectuado no fim de 2012 (351.000 Euros foi o valor estimado no PSF para o ano de 2012, relativo à EDEAF).

Quanto aos “**Custos e Perdas Financeiras**” verificou-se uma diminuição face ao previsto (23%), situação a confirmar em relatórios posteriores.

2.2.3 RESULTADOS

Em face do referido anteriormente, assistimos a um **aumento dos resultados operacionais** em virtude, da diminuição real dos custos exploração ter sido superior à verificada nos respectivos proveitos.

Por outro lado, os **resultados líquidos foram influenciados** pelo já referido incremento dos resultados operacionais, bem como pelo comportamento positivo dos resultados extraordinários e financeiros.

2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

Mapa 3
Fluxos de Caixa

Designação	Previsão PSF 2-2012 (anualizado)	Real 2-2012	% Desvio
<i>Recebimentos</i>			
Saldo da gerência anterior	1.252.712	314.394	-75
Total receitas Orçamentais	1.577.967	1.231.909	-22
Receitas Correntes	889.709	697.468	-22
Receitas de Capital	687.557	534.441	-22
Receitas Outras	701	0	-100
Operações de Tesouraria		67.717	-
Total Geral	2.830.679	1.614.020	
<i>Pagamentos</i>			
Total despesas Orçamentais	1.786.753	1.054.039	-41
Despesa corrente	871.421	697.744	-20
Despesa de Capital	915.332	356.295	-61
Operações de Tesouraria		109.275	-
Total Geral	2.830.679	1.614.020	

O valor das receitas correntes e de capital está abaixo do estimado, situação similar à verificada ao nível das correspondentes componentes da despesa.

Assim, até ao fim de Fevereiro de 2012, verifica-se um ligeiro **desequilíbrio orçamental corrente**.

2.4 INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos os Mapa 4 e 5 com um conjunto de indicadores económico-financeiros e de endividamento.

Mapa 4
Indicadores Económicos Financeiros

		2010 PSF	2010 Real	2010 Real corrigido	2011 PSF	2011 Real	2011 Real corrigido	2012 PSF	2-2012 Real	2-2012 Real corrigido
FUNDO DE MANEIO	€	1.092.123	1.246.456	1.246.456	718.177	-656.957	-656.957	505.183	-684.542	-684.542
LIQUIDEZ GERAL	%	3	2	2	2	1	1	2	1	1
SOLVABILIDADE	%	41	51	23	49	46	23	60	47	24
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	29	34	18	33	32	19	37	32	19
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	103	101	102	102	93	92	101	93	92
P.M. PAGAMENTOS	Dias	30	115	115	30	229	229	30	606	606
P.M.RECEBIMENTOS	Dias	30	39	39	30	148	174	30	1.140	1.140
CASH FLOW	€	1.711.986	910.846	910.846	2.055.360	1.136.745	1.136.745	369.138	483.307	483.307

Nota:

a) O cash-flow apresentado na coluna "2012 PSF" é o valor anualizado a Fevereiro de 2012.

Da análise do mapa anterior, que está influenciado pelas dívidas que deviam ter sido contabilizadas em 30/04/2010 (data de referência do PSF), no valor aproximado de 1.600.000 Euros, podemos destacar o seguinte:

- Insuficiente fundo de maneo (não foram incluídos os acréscimos de custos);
- Prazo médio de recebimento acima do previsto;
- Cash-Flow positivo, acima da previsão;
- Prazo médio de pagamento superior ao esperado.

Porém, relativamente ao prazo médio de pagamentos, os valores apresentados pela DGAL diferem dos valores no mapa 4, devido à utilização de fórmulas de cálculo diferentes (não está disponível o valor referente a 29/02/2012).

Câmara Municipal de Alfândega da Fé

Mapa 5
Endividamento Municipal

Data		Limite Endividamento		Endividamento - Município		Endividamento - Consolidado		Capital em Dívida Excepcionado	Excesso/Disp.	
		Líquido	MLP	Líquido	MLP	Líquido	MLP		Líquido	MLP
		1	2	3	4	5	6		8=1-5	9=2-6
2010	Saneamento 31/12/2010	7.580.417,65	6.064.334,12	13.011.973,59	14.361.969,39	13.575.027,06	14.361.969,39	3.812.479,39	-5.994.609,41	-8.297.635,27
	Real 31/12/2010	7.858.733,90	6.286.987,12	13.516.970,35	14.117.287,94	13.516.970,35	14.117.287,94	3.816.346,92	-5.658.236,45	-7.830.300,82
2011	Saneamento 31/12/2011	7.886.679,64	6.309.343,71	12.745.805,41	13.746.793,48	13.017.938,88	13.746.793,48	3.375.370,46	-5.131.259,24	-7.437.449,77
	Real 31/12/2011	7.994.049,88	6.395.239,90	14.407.699,61	13.795.763,48	14.619.246,74	13.795.763,48	3.471.011,00	-6.625.196,87	-7.400.523,58
	Real 31/12/2011 (art.º 53.º OE) b)	12.951.146,71	13.334.257,86	14.407.699,61	13.795.763,48	14.619.246,74	13.795.763,48	3.471.011,00	-1.668.100,04	-4.615.055,62
2012	Saneamento 31/12/2012	7.984.483,93	6.387.587,15	12.289.562,81	13.077.556,97	12.561.696,28	13.077.556,97	2.958.874,24	-4.577.212,35	-6.689.969,82
	Real 29/2/2012	7.244.384,75	5.795.507,80	14.457.150,33	13.703.441,05	14.457.150,33	13.703.441,05	3.464.604,63	-7.212.765,58	-7.907.933,25

Nota:

a) O Endividamento Líquido consolidado inclui o nível de endividamento da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana.

b) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011 alterado pela Lei n.º 60-A/2011 (valores apresentados previsionais).

Da apreciação do mapa supra, verificou-se em Fevereiro um agravamento (587.569 Euros) do **excesso de Endividamento Líquido**, face ao verificado em 2011, resultante da diminuição do novo limite estabelecido para o endividamento líquido para 2012 (menos 749.665 Euros do que em 2011).

Isto é, com a diminuição referida do limite de 2011 para 2012, para ser atingido o objectivo do PSF, em termos de excesso de endividamento, no fim do ano de 2012 terá de ser efectuado um maior esforço de redução do endividamento líquido pelo Município.

Saliente-se que houve uma redução significativa do cálculo limite de endividamento líquido (e de MLP) em relação ao PSF, devido à diminuição das receitas (transferências do Estado e receitas próprias) do Município.

De qualquer modo, o **valor do endividamento líquido consolidado** teve uma redução de 162.096 Euros de 31/12/2011 para 29/02/2012, **evolução positiva** a manter (e reforçar) de modo a serem atingidos os objectivos do PSF.

Assim, situação similar ocorre no que diz respeito ao endividamento de médio e longo prazo, onde o **excesso de endividamento é maior do que o verificado em 2011** devido à **diminuição do respectivo limite** (calculado de acordo com a LFL: diminuição das receitas).

Importa notar que o endividamento de MLP do PSF no final de 2012 considera todos os reembolsos de capital efectuados no ano, o que não acontece com os valores reais no final de Fevereiro. Este facto, inviabiliza uma comparação, na data de referência do presente relatório, entre o PSF e os valores reais, devendo esse exercício apenas ser efectuado no fim de 2012.

3 CONCLUSÃO

Não obstante, as dificuldades sentidas pelas restrições orçamentais (redução das transferências e das receitas próprias) e pelo adiamento (falta de visto do Tribunal de Contas) consecutivo da resolução do problema correspondente à venda da participação na Alfandegatur, a evolução favorável dos indicadores económico financeiros, constantes do mapa 4, reflecte a preocupação do Executivo Municipal em não aumentar o passivo financeiro do município. Saliente-se que qualquer redução das transferências do Estado afecta, particularmente, os Municípios de menor dimensão, isto é com reduzida capacidade de obtenção de receitas próprias, portanto com maior dependência das transferências do Estado.

Assim, verifica-se que, não só, se apresentam positivos e superiores ao previsto no PSF, o Resultado Líquido e o Cash Flow, como também, os desvios desfavoráveis ou negativos do fundo de maneo e do prazo médio de pagamentos, estão perfeitamente identificados na sua origem (dívidas pagas e/ou contabilizadas, anteriores a 30/04/2010). Acresce que, como se verifica no mapa 5, o valor do endividamento líquido consolidado teve uma ligeira redução, mas devido à diminuição dos limites do endividamento para 2012 (diminuição das receitas) houve um aumento do seu excesso.

Por outro lado, esperamos que seja aprovado pelo Tribunal de Contas, a curto prazo, o reforço do empréstimo de saneamento financeiro necessário à transferência da propriedade da participação do Município na Alfandegatur, para que seja, definitivamente, estancada a hemorragia anual correspondente à cobertura de prejuízo daquela empresa municipal.

Assim, face às fracas expectativas económico financeiras nacionais e europeias, o executivo de Alfandega da Fé vai continuar a implementar as medidas económicas e financeiras previstas no PSF, que incluem um controle rigoroso dos investimentos (mesmo que previstos e comparticipados), para que seja atingido, o mais breve possível, o equilíbrio das finanças municipais.